1º RELATÓRIO PARCIAL DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

2019

ANO BASE 2018

FACULDADE CONCEITO EDUCACIONAL

FACCON

Arcoverde/PE,

2019

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 26

CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES..... ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

1 - PERFIL INSTITUCIONAL..... ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

1.1 DADOS DA MANTENEDORA ..... **ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**

1.2 DADOS DA MANTIDA..... **ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**

*1.3. MISSÃO INSTITUCIONAL, METAS E OBJETIVOS DO PDI ..... **Erro! Indicador não definido.***

*1.3.1 Missão e finalidades da IES ..... **Erro! Indicador não definido.***

*1.3.2 Visão da IES ..... **Erro! Indicador não definido.***

2 - DADOS SOCIODEMOGRÁFICO DA IES ..... ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

2.1 A Região Nordeste 7

2.2 O Estado de Pernambuco 14

2.3 A cidade de Arcoverde..... 20

2.4 Contexto Educacional 21

2.4 Educação em Arcoverde..... 23

2.4.1 Rede de Ensino 24

2.4.2. Ensino Superior 24

3 – INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO..... ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

3.1 APRESENTAÇÃO DA CPA ..... **ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**

*3.1.1 Atribuições da CPA ..... **Erro! Indicador não definido.***

*3.2 Cronograma de Ações da CPA..... **Erro! Indicador não definido.***

*3.3.Metodologia ..... **Erro! Indicador não definido.***

4 - DESENVOLVIMENTO ..... ***Erro! Indicador não definido.***

5- RESULTADOS E AÇÕES ..... **ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**

*5.1 Análise dos dados e das informações ..... **Erro! Indicador não definido.***

CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

DADOS DA MANTENEDORA

Nome da Mantenedora: Sociedade Educacional Rio Branco Ltda. – SESRIO.
CNPJ:20.765.397/0001-10
Endereço: Avenida Oswaldo Cruz, KM 270, BR 232, N. 10017, Bairro de São Cristóvão, Arcoverde-PE, CEP 56.500-000.

DADOS DA MANTIDA

Nome da Mantida: Faculdade Conceito Educacional - FACCON
Endereço: Avenida Oswaldo Cruz, KM 270, BR 232, N. 10017, Bairro de São Cristóvão, Arcoverde-PE, CEP 56.500-000
Portaria de Credenciamento: 1.440 de 14 de novembro de 2017.

MISSÃO INSTITUCIONAL, METAS E OBJETIVOS DO PDI

O Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI da Faculdade Conceito Educacional – FACCON apresenta as metas e objetivos, articulados com a missão da IES, com cronograma estabelecido.

Foi imprescindível, na construção do PDI da Faculdade, considerar como princípios, a clareza e a objetividade do texto, bem como a coerência, de forma a expressar a adequação entre todos os seus elementos, e a factibilidade, de forma a demonstrar a viabilidade do seu cumprimento integral.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI constitui um conjunto de instrumentos apropriados ao seu acompanhamento, execução e avaliação. As estratégias e ações, que encerram todas as propostas operacionais, são formuladas de maneira clara e objetiva, delineando um processo orientador de tomada de decisão e designando os responsáveis pela execução dos fins pretendidos, com vistas à avaliação contínua dos resultados alcançados.

MISSÃO E FINALIDADES DA IES

A Faculdade Conceito Educacional – FACCON é uma instituição de educação superior formadora de cidadãos e profissionais competentes e compromissados com o desenvolvimento regional e com a preservação e divulgação da história, de seus fundadores e pioneiros.

A Faculdade nasceu para resgatar a história de Arcoverde para oferecer aos seus alunos, professores e funcionários a oportunidade de desenvolvimento integral, com a finalidade de:

• estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

• formar recursos humanos nas áreas de conhecimento em que atuar, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, promovendo ações para sua formação continuada;

• incentivar práticas investigativas, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da criação e difusão da cultura e o entendimento do homem e do meio em que vive;

• promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação,

• suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

• incentivar o diálogo interdisciplinar, a integração entre os diversos ramos do saber, a reflexão crítica sobre problemas humanos, a investigação da verdade;

• estimular o conhecimento dos problemas do mundo globalizado, e simultaneamente prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

• criar e manter serviços educativos e assistenciais que beneficiem os estudantes;

• promover a extensão, aberta à participação da comunidade local, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e das práticas investigativas geradas na Instituição; e

• cooperar no desenvolvimento social, econômico, cultural da região do alto sertão pernambucano e o país.

A Faculdade Conceito Educacional - FACCON compôs sua missão com a intenção de valorizar a formação humana e profissional do indivíduo, uma vez que o considera detentor e

disseminador do conhecimento, e que a formação de indivíduos intelectualmente autônomos viabiliza o desenvolvimento da sociedade.

A Faculdade Conceito Educacional - FACCON, pautada na responsabilidade de promover um ensino superior de qualidade, apresenta sua missão:

"Ser uma instituição educacional formadora de cidadãos competentes, qualificados e preparados para o mercado de trabalho, imbuídos de responsabilidade social e compromissados com a preservação da cultura nacional e com o desenvolvimento sociocultural do sertão pernambucano."

Para a cabal consecução de sua Missão, a Faculdade Conceito Educacional – FACCON assegurará plena liberdade de estudo, pesquisa (iniciação científica), ensino e extensão, permanecendo aberta ao diálogo com todas as correntes de pensamento, sem participar de grupos político-partidários.

Visando atender esta Missão, faz-se necessário assumir compromissos que norteiem o gerenciamento das atividades acadêmicas e administrativas da Faculdade. São eles:

• promover a interatividade harmônica entre os órgãos administrativos e colegiados, oferecendo qualidade e excelência no desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão, para atender às necessidades da sociedade Arcoverdense;

• cumprir os princípios constitucionais que têm por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, a igualdade de condições para o acesso e permanência com liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; a garantia de padrão de qualidade; a valorização da experiência extraescolar com vinculação entre a educação acadêmica, o trabalho e as práticas sociais;

• corroborar as finalidades da educação superior de estimular a produção científica, o desenvolvimento científico e o pensamento reflexivo, incentivar o trabalho de pesquisa e investigação, promover a divulgação dos conhecimentos, suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento, promover a extensão a todo o universo de pessoas interessadas em estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, além de formar profissionais para as diversas áreas do mercado de trabalho (Art. 43 da Lei 9394/96);

• promover um ambiente salutar e agradável de trabalho para os profissionais que compõem o corpo técnico-administrativo-docente da Instituição, oferecendo condições laborativas dignas e estimulantes para que todos vislumbrem atingir metas pessoais através da obtenção de objetivos organizacionais;

• implementar padrões de excelência na organização através do estímulo à qualificação

permanente dos seus recursos humanos, da eficiência dos processos internos e do acompanhamento tecnológico dos recursos de trabalho;

• contribuir com o avanço socioeconômico da cidade de Arcoverde e região, não apenas com a qualificação de profissionais aptos ao ingresso no mercado de trabalho, mas também com ações solidárias que objetivam direta ou indiretamente uma maior qualidade de vida à população local;

• dotar a Instituição de mecanismos periódicos de avaliação da qualidade do serviço educacional, bem como garantir a sua implementação, o processamento dos dados e a tomada de ações preventivas e corretivas.

No cumprimento de sua missão institucional, a Faculdade Conceito Educacional tem como valores:

• Parceria: agir de forma justa, ética e transparente nos relacionamentos com todos os seus pares;

• Auto sustentabilidade: pautar ações focadas em resultados que propiciem à Faculdade sua sustentabilidade;

• Inovação: buscar contínua e permanentemente de inovações que permitam à Faculdade a qualidade e eficiência dos seus serviços;

• Melhoria Contínua: estimular ações que levem a Faculdade a qualificar suas atividades e obter melhores resultados;

• Ousadia: assumir riscos que propiciem à Faculdade uma liderança contínua na área Educacional.

VISÃO DA IES

A Faculdade Conceito Educacional – FACCON, tem como Visão “Ser reconhecida como referência no cenário educacional, destacando-se pela antecipação, inovação e excelência na Região do Alto Sertão pernambucano e no País, como sinônimo de qualidade de ensino”.

DADOS SOCIODEMOGRÁFICO E EDUCACIONAL

A REGIÃO NORDESTE

O Brasil tem uma população estimada em 201.032.714 habitantes, de acordo com o

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Região Nordeste é uma das cinco regiões do Brasil definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1969.

A Região Nordeste foi o berço da colonização portuguesa no país, devido ao descobrimento e a posterior colonização exploratória, que consistia, em suma, na extração pau-brasil, cuja tinta da madeira era utilizada para tingir as roupas da nobreza europeia. Com a criação das capitanias hereditárias, foi fundada a Vila de Olinda, e, anos mais tarde, deu-se o início da construção da primeira capital do Brasil, Salvador, em 1549. O Nordeste foi também o centro financeiro do Brasil, uma vez que a Capitania de Pernambuco foi o principal centro produtivo da colônia e Recife a cidade de maior importância econômica.

É a região brasileira que possui o maior número de estados (nove no total): Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.
Em função de suas diferentes características físicas, a região é dividida em quatro sub-regiões: meio-norte, sertão, agreste e zona da mata, tendo níveis muito variados de desenvolvimento humano ao longo de suas zonas geográficas.

Em comparação com as outras regiões brasileiras, tem a segunda maior população, o terceiro maior território, o segundo maior colégio eleitoral (38.269.533 eleitores em 2014), o IDH médio de 0.659 (2010) e o terceiro maior PIB (2011).

A área do Nordeste brasileiro é de 1.561.177,8 km², equivalente a 18,26% do território nacional e é a região que possui a maior costa litorânea. A região possui os estados com a maior e a menor costa litorânea, respectivamente Bahia, com 932 km de litoral e Piauí, com 60 km de litoral. A região toda possui 3338 km de praias.

Segundo dados recentes do IBGE, a região possui mais de 50 milhões de habitantes, quase 30% da população brasileira. É a segunda região mais populosa do país, atrás apenas da região Sudeste. É também a terceira região quanto à densidade demográfica, contando com 32 habitantes por quilômetro quadrado. As maiores cidades nordestinas, em termos populacionais, são: Salvador, Fortaleza, Recife, São Luís, Natal, Teresina, Maceió, João Pessoa, Feira de Santana, Jaboatão dos Guararapes, Aracaju, Olinda, Campina Grande, Caucaia, Paulista, Vitória da Conquista, Caruaru, Petrolina, Mossoró, Juazeiro do Norte, Itabuna e Juazeiro, todas com mais de duzentos mil habitantes.

Assim como acontece em todo o território brasileiro, a população nordestina é mal distribuída. Cerca de 60,6% dela fica concentrada na faixa litorânea e nas principais capitais. No sertão e interior, os níveis de densidade populacional são mais baixos, principalmente por causa do clima semiárido. Ainda assim, a densidade demográfica no semiárido nordestino é uma das mais altas do mundo para esse tipo de área climática.

De acordo com os dados do IBGE, 71,5% da dos nordestinos estão em áreas urbanas. A urbanização do Nordeste foi mais lenta em relação ao resto do país, mas se acelerou nas últimas décadas.

Todas as capitais da Região Nordeste possuem região metropolitana (RM), com exceção de Teresina, que possui região integrada de desenvolvimento econômico (RIDE), por abrigar municípios de diferentes unidades federativas. Além das capitais, outras áreas metropolitanas figuram no interior. As regiões metropolitanas mais antigas são as de Recife, Salvador e Fortaleza são também as mais populosas.

Municípios mais populosos da Região Nordeste do Brasil

Estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para 1º de julho de 2014[2]

Posição	Localidade	Estado	Pop.	Posição	Localidade	Estado	Pop.
1	Salvador	Bahia	2 902 927	11	Feira de Santana	Bahia	612 000
2	Fortaleza	Ceará	2 571 896	12	Campina Grande	Paraíba	402 912
3	Recife	Pernambuco	1 608 488	13	Olinda	Pernambuco	388 821
4	São Luís	Maranhão	1 064 197	14	Caucaia	Ceará	349 526
5	Maceió	Alagoas	1 005 319	15	Caruaru	Pernambuco	342 326
6	Natal	Rio Grande do Norte	862 044	16	Vitória da Conquista	Bahia	340 199
7	Teresina	Piauí	840 600	17	Petrolina	Pernambuco	326 017
8	João Pessoa	Paraíba	780 738	18	Paulista	Pernambuco	319 769
9	Jaboatão dos Guararapes	Pernambuco	680 943	19	Mossoró	Rio Grande do Norte	284 288
10	Aracaju	Sergipe	623 766	20	Camaçari	Bahia	281 413

Salvador

Fortaleza

Recife

São Luís

Municípios mais populosos da Região Nordeste (IBGE)

Dados do IBGE confirmam a Região Metropolitana do Recife como a 3ª mais populosa do Nordeste Brasileiro, a quinta do Brasil e a 107ª do mundo.

Para a formação do povo nordestino participaram três grupos étnicos: o indígena, o branco e o negro. A miscigenação étnica e cultural desses três elementos foi o pilar para a composição da população do Nordeste. Em média a população é composta de 71% pardos, negros ou índios e 29% de brancos.

Infelizmente, dados estatísticos e antropológicos apontam etnia e status socioeconômico como sistemas de desigualdade relacionados, com uma considerável sobreposição entre etnia e posição socioeconômica. Tal fato gera, consequentemente, uma relação com o grau de escolaridade alcançado por seus membros, num sistema que evidentemente desfavorece as "minorias" no âmbito nacional, o que no NE na verdade corresponde a maior parcela da população. Sendo, que esta desigualdade de acesso devido, entre outros fatores, a composição étnica fica evidente na área educacional, com a segregação de grupos e, principalmente, diferenças de acesso à educação superior.

E as desigualdades não param por aí, segundo especialista, acreditava-se que o menor desenvolvimento nordestino em relação às demais regiões do Brasil ocorreu devido a todo processo de industrialização bem como os ciclos da economia exportadora terem se dado primeiramente no Sudeste. Acreditava-se ainda que com industrialização se eliminasse as desigualdades regionais, com a ideia de implantar Polos industriais no Nordeste. O Nordeste se industrializou, mas não se resolveram os problemas: as desigualdades. O Nordeste é o maior problema regional do País. Investimentos na industrialização e em programas para reduzir a desigualdade, segundo especialistas, devem ser colocados maciçamente em educação. Se isso for feito, com 50 ou 100 anos, serão eliminadas as desigualdades regionais.

Segundo os indicadores do ENADE, duas universidades nordestinas estão entre as 20 melhores do país em 2015, na 15ª e 18ª posições, respectivamente: a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal da Bahia (UFBA).

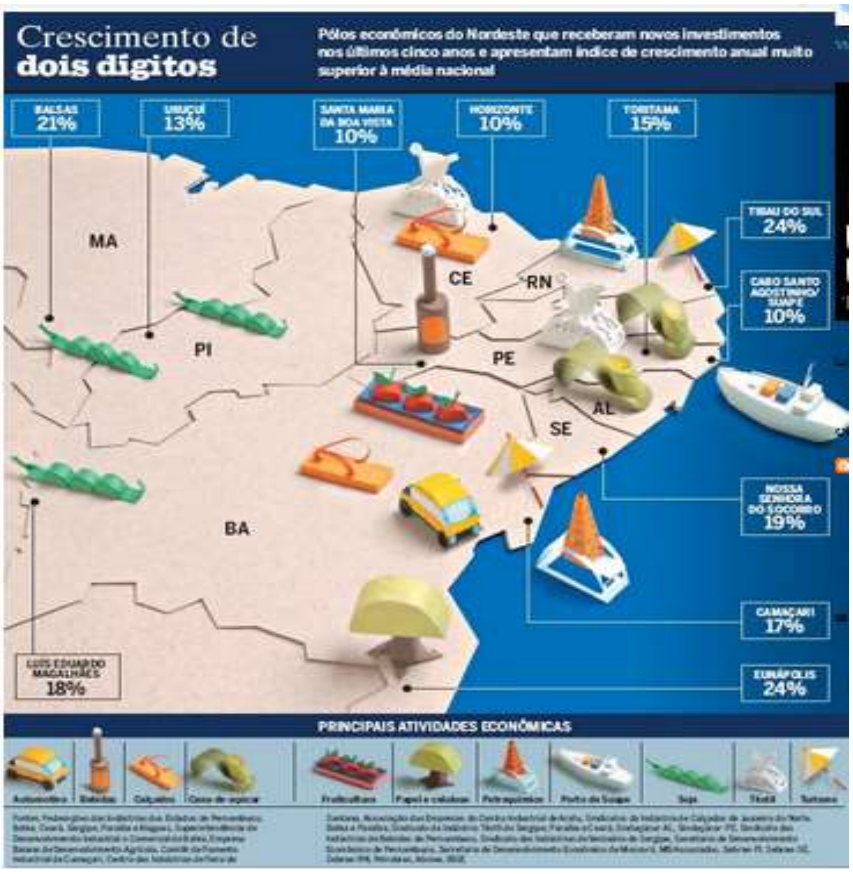
A Região Nordeste foi a segunda região do Brasil em número de escolas entre as entre as 20 melhores do ENEM 2015 ao lado da Região Centro-Oeste: foram 4 escolas de cada uma destas duas regiões.

Segundo dados do Ministério da Educação as taxas de escolarização significativa da expansão do acesso à educação superior passaram de 15,1% para 26,7% a bruta e a líquida de 8,9% para 14,4%. No entanto, o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação – PNDE estabelecia inicialmente o provimento da oferta de educação superior a, pelo menos, 30% desta população. Ou seja, apesar do avanço, o salto projetado pelo PNDE 2011-2020 precisará alcançar uma elevação da taxa bruta para 50% e da líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, o que para o Brasil já é desafiador, imagine no NE.

Para se entender o contexto educacional que está inserido o NE, segundo dados do IBGE concluíram o ensino médio mais de 2 milhões de jovens e, portanto, poderiam iniciar estudos na educação superior. No entanto, os dados mostram que apenas pouco mais de 460 mil iniciaram seus estudos na rede de educação superior no NE.

A economia do Nordeste do Brasil foi a base histórica do começo da economia do Brasil, já que as atividades em torno do pau-brasil e da cana-de-açúcar predominaram e foram iniciadas no Nordeste do Brasil. O Nordeste foi a região mais rica do país até meados do século XVIII.

A Região Nordeste é, atualmente, a terceira maior economia do Brasil entre as grandes regiões. Sua participação no Produto Interno Bruto brasileiro foi de 13,4% em 2011, após a Região Sul (16,2% de participação no PIB) e à frente da Região Centro-Oeste (9,6% de participação no PIB). Ainda assim, é a região com o mais baixo PIB per capita. A distribuição de renda nessa região melhorou significativamente na década de 2000: segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2009, a renda média no Nordeste sofreu um aumento real (já descontada a inflação) de 28,8% entre 2004 e 2009, passando de R$ 570 para R$ 734. Entre 2008 e 2009, o incremento foi de 2,7%. Foi a região que apresentou o maior incremento no salário médio do trabalhador nesse período.



Em 2015 seu PIB nominal era de R$ 689,3 bilhões, superando o de países como Chile, Singapura e Portugal; e seu PIB nominal per capita, de R$ 10.379,55, superando o de países como Ucrânia, Tailândia e China.

As maiores economias da Região Nordeste são, respectivamente, Bahia, Pernambuco e Ceará, estados que concentram, juntos, 8,5% do PIB nacional. Já os estados nordestinos com maior PIB per capita são Sergipe, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Norte, seguidos por Ceará, Paraíba, Alagoas, Maranhão e Piaui.

Em 2011, Ipojuca, em Pernambuco, era o município com maior PIB per capita da Região Nordeste, com R$ 116.198,31, além de décimo sexto do Brasil. Outros municípios nordestinos também figuravam entre os 100 com maior PIB per capita do país, como Guamaré-RN, São Francisco do Conde-BA, Cairu-BA e Candeias-BA. Em contrapartida, no Nordeste também está localizada a cidade com o terceiro menor PIB per capita do Brasil: São Vicente Ferrer, no Maranhão, com R$ 2.679,66. Os 56 municípios de menor PIB per capita (que correspondem a 1,0% dos 5.570 municípios do país) tinham PIB per capita inferior a R$ 3.492,99 e estavam localizados em seis estados: Maranhão (19), Alagoas (7), Piauí (7), Bahia (6) e Ceará (1), na Região Nordeste; e Pará (16), na Região Norte. Entre os estados nordestinos, apenas Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Sergipe não possuem município com PIB

per capita inferior a R$ 4.000,00.

Os principais polos médicos da Região Nordeste são as cidades de Recife, Salvador e Fortaleza.

Dentre os principais hospitais de Recife está o Hospital da Restauração, maior emergência pública e mais complexo serviço de urgência e trauma do Norte-Nordeste, recebendo pacientes de todo o estado e de estados vizinhos. O Hospital da Restauração, referência nas áreas de trauma, neurocirurgia, neurologia, cirurgia geral, clínica médica e ortopedia, possui 482 leitos registrados no Ministério da Saúde (MS), mas, incluindo os extras, funciona com um total de 723 leitos para atender sua demanda. Os hospitais particulares do Recife fazem da capital pernambucana o segundo maior polo médico e hospitalar do Brasil.

Em Salvador, na Bahia, destacam-se o Hospital Geral Roberto Santos (HGRS) – o maior do estado – e o Hospital Geral do Estado (HGE).120 O HGRS presta em média mil atendimentos ambulatoriais e 350 atendimentos emergenciais em dias úteis; é referência em cirurgias buco maxilo facial e vasculares e clínica médica em neurocirurgia e nefrologia; e conta com quase 2.600 funcionários.

O prédio do Roberto Santos abriga ainda o Centro de Informações Antiveneno, referência no tratamento de intoxicações na Bahia.120 Outros hospitais que merecem destaque: o Hospital Santo Antônio (fundado por Irmã Dulce);121 o Hospital Sarah Kubitschek; e o Complexo Hospitalar Universitário Professor Edgard Santos.

Em Fortaleza estão concentrados os principais hospitais públicos do Estado do Ceará. Dentre esses hospitais merecem destaque o Instituto Doutor José Frota, mais conhecido como IJF, que é o maior hospital de emergência do estado, administrado pela prefeitura; e o Hospital Geral de Fortaleza, que é o maior hospital público, administrado pelo governo do estado. O atendimento médico privado é bastante desenvolvido, com um total de 127 hospitais,

destacando-se os hospitais São Mateus, Antônio Prudente, Unimed, Monte Klinikum e SARAH-Fortaleza.

O ESTADO DE PERNAMBUCO

Pernambuco é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está localizado no centro-leste da região Nordeste e tem como limites os estados da Paraíba (N), do Ceará (NO), de Alagoas (SE), da Bahia (S) e do Piauí (O), além de ser banhado pelo oceano Atlântico (L). Ocupa uma área de 98.311.616km². Também fazem parte do seu território os arquipélagos de Fernando de Noronha e São Pedro e São Paulo. Sua capital é a cidade do Recife e a sede administrativa é o Palácio do Campo das Princesas.

Pernambuco teve ativa participação em diversos episódios da história brasileira: foi palco das Batalhas dos Guararapes, combates decisivos na Insurreição Pernambucana e considerados a origem do Exército Brasileiro; e serviu de berço a movimentos de caráter nativista ou de ideais libertários, como a Guerra dos Mascates, a Revolução Pernambucana, a Confederação do Equador e a Revolta Praieira.

Conhecido por sua ativa e rica cultura popular, Pernambuco é berço de várias manifestações tradicionais, como o frevo e o maracatu, bem como detentor de um vasto patrimônio histórico, artístico e arquitetônico, sobretudo no que se refere ao período colonial.

Pernambuco é o sétimo estado mais populoso do Brasil. O seu maior aglomerado urbano é a Região Metropolitana do Recife (RMR), mais populosa região metropolitana do Norte-Nordeste e um dos principais polos industriais do país.

Os municípios mais populosos da metrópole pernambucana são Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Cabo de Santo Agostinho. No interior do estado, as cidades mais importantes de acordo com os níveis de centralidade são, respectivamente, Caruaru, Petrolina, Arcoverde, Serra Talhada e Arcoverde.

Pernambuco faz divisa com Paraíba e Ceará ao norte, Alagoas e Bahia ao sul, Piauí ao oeste e o oceano Atlântico ao leste. Tem 187km de costa, excluindo a costa do arquipélago de Fernando de Noronha.

Pernambuco é também o décimo estado mais rico do país e, Recife a região metropolitana mais rica do Norte-Nordeste. O estado abriga o maior parque tecnológico do Brasil, o Porto Digital, localizado no bairro do Recife Antigo na capital pernambucana; e o

maior estaleiro do Hemisfério Sul, o Estaleiro Atlântico Sul, situado no Complexo Industrial de Suape, Região Metropolitana do Recife.

O nível de desenvolvimento social pernambucano é superior ao dos países menos avançados, mas ainda está abaixo da média brasileira. Não obstante, Pernambuco detém o melhor serviço de coleta de esgoto do Norte, Nordeste e Sul brasileiro e o quinto maior número de médicos por grupo de mil habitantes do Brasil, além de apresentar a segunda melhor qualidade de vida e prevalência de segurança alimentar do Norte-Nordeste.

Segundo o censo demográfico realizado pelo IBGE, em 2013, a população do estado de Pernambuco é de 9.277.727 habitantes, sendo o sétimo estado mais populoso do Brasil, representando 4,7% da população brasileira. Ainda segundo o mesmo censo, 7.052.210 habitantes viviam na zona urbana e 1.744.238 na zona rural. Em dez anos, o Estado registrou uma taxa de crescimento populacional de 11,2%.

O maior aglomerado urbano de Pernambuco é a Região Metropolitana do Recife, que além da capital possui mais 13 municípios. Com 3.688.428 habitantes, é a 5ª mais populosa região metropolitana do Brasil e a mais populosa do Norte-Nordeste.

Posição	Localidade	Pop.	Posição	Localidade	Pop.
1	Recife	1 608 488	11	Igarassu	110 917
2	Jaboatão dos Guararapes	680 943	12	São Lourenço da Mata	109 298
3	Olinda	388 821	13	Santa Cruz do Capibaribe	99 232
4	Caruaru	342 328	14	Abreu e Lima	98 201
5	Petrolina	326 017	15	Ipojuca	89 660
6	Paulista	319 769	16	Serra Talhada	83 712
7	Cabo de Santo Agostinho	198 383	17	Araripina	82 298
8	Camaragibe	152 840	18	Gravatá	81 182
9	Garanhuns	136 057	19	Carpina	80 194
10	Vitória de Santo Antão	134 671	20	Goiana	78 287

Cidades mais populosas do Estado de Pernambuco

A densidade demográfica é de 94,37hab./km², a sexta maior do Brasil. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M), considerado médio pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), era de 0,673 em 2010. Segundo dados do PNUD 2010, o município com o maior IDH é Fernando de Noronha (na verdade um distrito estadual), com um valor de 0,788; enquanto Manari, situado no extremo Sertão do Moxotó, tem o menor valor (0,487). Recife, a capital, possui um IDH de 0,772.

Ainda segundo os dados publicados pelo IBGE, a população de Pernambuco está composta por: Pardos (57,6%); Brancos (36,6%); Pretos (5,4%); e Amarelos e Indígenas (0,3%). De acordo com um estudo genético de 2013, a composição genética da população de

Pernambuco é 56,8% europeia, 27,9% africana e 15,3% ameríndia.

Atualmente, a economia de Pernambuco tem como base a agricultura, a indústria e os serviços. O setor de serviços é predominante, seguido pela indústria (alimentícia, química, metalúrgica, eletroeletrônica, comunicação, minerais não-metálicos, têxtil e naval). Após ter ficado estagnada durante a chamada "década perdida" (1985 a 1995), a economia pernambucana vem crescendo rapidamente desde o final do século XX. No final da década de 2000, a construção civil liderou o crescimento econômico de Pernambuco, seguida pelo setor industrial e pelo de serviços.

O estado assiste a uma importante mudança em seu perfil econômico com os recentes investimentos nos setores petroquímico, biotecnológico, farmacêutico, de informática, naval e automotivo, que estão dando novo impulso à economia do estado, que vem crescendo acima da média nacional.

Além da importância crescente do setor de informática (o Porto Digital é o maior parque tecnológico do Brasil), do setor terciário – sobretudo das atividades turísticas –, e do setor industrial em torno do Porto de Suape, merecem destaque a produção irrigada de frutas ao longo do Rio São Francisco, quase que totalmente voltada para exportação, concentrada no município de Petrolina, em parte devido ao aeroporto internacional com grande capacidade para aviões cargueiros do município; e a floricultura, que começa a ganhar espaço, com plantações de rosas, gladiolus, e crisântemos. Outros polos dinâmicos de desenvolvimento são: o polo gesseiro no Araripe; o mármore, a pecuária leiteira e a indústria têxtil no Agreste; e a cana-de-açúcar e a biomassa na Zona da Mata.

O Estado, nos últimos anos, vem apresentando taxas médias de crescimento superiores à média nacional. Isso decorre de uma combinação de fatores – como a localização estratégica, capital humano de alta qualidade técnica e uma política de atração de investimentos focada no desenvolvimento das vocações econômicas em vários setores produtivos e tecnológicos.

A participação de Pernambuco no PIB nacional era de 2,21% em 2010, e passou a 3,14% em 2013, e o Estado se manteve na 8ª posição no ranking nacional.

Observa-se que, entre o período de 2010 e 2013, o PIB apresentou uma variação real acumulada de 14,7%. Respondendo por cerca de 18% da riqueza gerada na Região Nordeste, o PIB de Pernambuco, posicionando-se na segunda colocação, inferior apenas ao PIB baiano.

Evolução do PIB de Pernambuco[3]		
Ano	PIB	PIB per capita
2005	R$ 49,903 bilhões	R$ 5.931
2006	R$ 55,505 bilhões	R$ 6.528
2007	R$ 62,256 bilhões	R$ 7.337
2008	R$ 70,441 bilhões	R$ 8.065
2009	R$ 78,428 bilhões	R$ 8.901
2010	R$ 95,187 bilhões	R$ 10.821
2011	R$ 104,394 bilhões	R$ 11.776
2012	R$ 117,340 bilhões	R$ 13.138

10 maiores PIBs municipais de Pernambuco (2012)[153]				
Posição	Município	Sub-região	PIB	PIB per capita
1	Recife	Zona da Mata	R$ 36,821 bilhões	R$ 23.679,08
2	Ipojuca	Zona da Mata	R$ 11,595 bilhões	R$ 138.273,00
3	Jaboatão dos Guararapes	Zona da Mata	R$ 9,480 bilhões	R$ 14.478,20
4	Cabo de Santo Agostinho	Zona da Mata	R$ 6,006 bilhões	R$ 31.741,83
5	Caruaru	Agreste	R$ 3,872 bilhões	R$ 11.950,04
6	Petrolina	Sertão	R$ 3,786 bilhões	R$ 12.399,02
7	Olinda	Zona da Mata	R$ 3,687 bilhões	R$ 9.723,19
8	Paulista	Zona da Mata	R$ 2,805 bilhões	R$ 9.161,07
9	Vitória de Santo Antão	Zona da Mata	R$ 1,950 bilhão	R$ 15.016,74
10	Igarassu	Zona da Mata	R$ 1,470 bilhão	R$ 14.008,17

Algumas vantagens do Estado o potencializam como o portão de entrada para o turismo no Nordeste, tais como: posição geográfica, riqueza de patrimônio histórico e construído, beleza natural e paisagística e variada cultura popular.

Pernambuco é atualmente o maior produtor de acerola do Brasil, respondendo por um quarto da safra nacional. É também o maior produtor de goiaba, o segundo maior produtor de uva, o segundo maior exportador de manga, o segundo maior polo floricultor e o sexto maior produtor de cana-de-açúcar do Brasil. Pernambuco é ainda o quarto maior produtor nacional de

ovos, o sexto de frangos de corte e a oitava maior bacia leiteira do país.

A produção industrial pernambucana está entre as maiores do Norte-Nordeste. O crescimento industrial em Pernambuco foi o segundo maior do Brasil – 6,3% – mais que o dobro da média nacional no mesmo período (2,3%).

As principais instalações educacionais pernambucanas estão concentradas na capital. Pernambuco se destaca no ensino tecnológico. O Centro de Informática da Universidade Federal de Pernambuco (CIn UFPE), responsável pelos cursos de Ciência da Computação, Sistemas de Informação e Engenharia da Computação, é grande fornecedor de mão de obra especializada em tecnologia para o Porto Digital e para diversas multinacionais do setor de tecnologia. A UFPE foi uma das cinco instituições de ensino selecionadas em todo o mundo para o programa mundial de pesquisas da Microsoft.

Posição	Estado/País
1	São Paulo
2	Minas Gerais
3	Rio Grande do Sul
4	Pernambuco
5	Paraná
6	Rio de Janeiro
7	Distrito Federal
8	Santa Catarina
9	Alagoas
10	Colômbia

Olimpíada do Conhecimento – Classificação Geral 2010

Pernambuco é líder entre os estados do Norte-Nordeste no ranking da CBF, sendo o segundo colocado a Bahia e o terceiro o Ceará.

Pernambuco deu origem a nomes de destaque do esporte brasileiro. Pernambuco é também o estado do Norte-Nordeste que mais se destaca em outras modalidades esportivas: é o segundo estado brasileiro em número de títulos nacionais de hóquei, tanto no campeonato masculino quanto no feminino, atrás somente de São Paulo, e o Sport Club do Recife um dos dois únicos clubes brasileiros a conquistar um Campeonato Sul-Americano de Hóquei; e é o

único estado fora do Centro-Sul com títulos Brasileiro e Sul-Americano de basquete, obtidos pela equipe feminina do Sport Club do Recife entre 2013 e 2014.

A capital pernambucana possui dezenas de grandes hospitais e três grandes hospitais públicos (da Restauração, Barão de Lucena e Getúlio Vargas; além do Hospital das Clínicas da UFPE). O Hospital da Restauração é a maior emergência pública e o mais complexo serviço de urgência e trauma do Norte-Nordeste, recebendo pacientes de todo o estado e de estados vizinhos. O HR, referência nas áreas de trauma, neurocirurgia, neurologia, cirurgia geral, clínica médica e ortopedia, possui 482 leitos registrados no Ministério da Saúde (MS), mas, incluindo os extras, funciona com um total de 723 leitos para atender a demanda que lhe é submetida. Desde junho de 2010, a antiga Emergência Geral foi desmembrada em três emergências com entradas e espaços independentes: Emergência Pediátrica, Emergência Traumatológica e Emergência Clínica. Os hospitais particulares do Recife, equipados com máquinas de última geração, fazem da capital Recife o segundo maior polo médico e hospitalar do Brasil.

Pernambuco tem grande tradição na área de medicina. Em 2014, existem, no Estado, 8.354 estabelecimentos de saúde, sendo mais de 230 hospitais com mais de 20 mil leitos (Fonte: http://cnes.datasus.gov.br).

A CIDADE DE ARCOVERDE

Arcoverde é um município brasileiro do estado de Pernambuco, Região Nordeste do país. É integrante da Mesorregião do Sertão Pernambucano e pertence à Microrregião do Sertão do Moxotó. Situa-se a oeste de Recife, capital estadual, distante desta 256 km. Ocupa uma área de 350,899 km². Em 2014, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística estimou a população em 72 672 habitantes, ocupando a 22ª colocação no ranking dos mais populosos de Pernambuco.

A cidade possui características urbanas consistentes, reflexo de sua taxa de 90% de urbanização, possuindo o maior perímetro urbano, a maior população urbana e residindo no distrito sede da Mesorregião do Sertão Pernambucano. Arcoverde é um importante pólo comercial, de serviços e de entidades governamentais do interior do estado. Possui um IDH incomum se comparado à média dos outros municípios sertanejos. A cidade respira ares de grandes centros urbanos, efeito causado por cerca de 5 mil pessoas , que visitam a cidade diariamente, em busca do movimentado comércio local, de atendimento médico nas mais variáveis áreas de saúde, na educação, já que Arcoverde possui escolas públicas e privadas bem

conceituadas, dois centros de ensino superior (AESA-CESA e UPE),três centros de ensino superior privado a distância (fonte e-MEC), vários centros de ensino técnico privado e uma escola técnica pública estadual(ETE), em fase de acabamento. No lazer, a cidade conta com um diversificado calendário de festividades e com o Cinema Rio Branco, o mais antigo em funcionamento do Brasil.

Na área de segurança pública a cidade é sede do 3º batalhão da Polícia Militar de Pernambuco (Martin Soares Moreno), do posto avançado do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco e possui uma delegacia de Polícia Civil regional. Na saúde pública, possui um Hospital Regional, 02 Policlínicas municipais (uma em fase de acabamento) e uma Unidade Pernambucana de Atendimento Especializado (UPAE). No setor de saúde privado, possui um hospital de alta complexidade e dezenas de clínicas médicas em inúmeras especialidades.

CONTEXTO EDUCACIONAL

As principais instalações educacionais do país estão concentradas nas capitais brasileiras. Muito embora o desempenho da economia formal seja considerado favorável, com uma base produtiva relativamente moderna, persiste uma enorme rede de atividades vinculadas ao comércio e aos serviços informais, com expressivo número de micro e pequenas empresas prestadoras de serviços que têm um papel importante para a economia estadual, em especial como absorvedoras de mão de obra.

O trabalho, por sua vez, passa por transformações profundas que não têm sido acompanhadas por novas estruturas sociais, ou seja, os recursos humanos, como força produtiva, vêm perdendo espaço na sociedade moderna e têm ascendido, cada vez mais, o intelecto e a criatividade como vetores fundamentais para o processo de inovação permanente exigido pelo contexto organizacional. A mudança na configuração do trabalho aponta para posicionamentos distintos na relação capital-trabalho, dado que os patamares de negociação passam a ser diferenciados e não mais limitados somente ao esforço físico. Esse novo cenário indica que os processos de apropriação e concentração de esforços físicos e mentais visando ao alcance de elevada produtividade são questões ainda em debate, levando-se em conta o aproveitamento integral dessa nova modalidade de capital.

A percepção de que existe uma nova realidade organizacional caracteriza a necessidade

de criação de um curso de administração que esteja pautado no eixo ensino, pesquisa (iniciação científica) e extensão, de modo a suprir distintos níveis gerenciais, estimulando a capacidade criadora, a iniciativa de ação, a inovação produtiva, o empreendedorismo responsável e o compromisso social em prol de um desenvolvimento econômico justo e autossustentável.

O Censo da Educação Superior de 2015registrou a participação de 2.364 Instituições de Ensino Superior no país, entre públicas e particulares, o que representa uma variação positiva no número de instituições em relação ao ano de 2014 e a confirmação da tendência de crescimento na década.

Censo da Educação Superior 2015

1.1 - Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES - 2015

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Instituições									
	Total Geral		Universidades		Centros Universitários		Faculdades		IF e CEFET	
	Total	Capital	Total	Capital	Total	Capital	Total	Capital	Total	Capital
Brasil	2.364	846	195	86	149	60	1.980	670	40	30
Pública	295	98	107	48	9	2	139	18	40	30
Privada	2.069	748	88	38	140	58	1.841	652	.	.
Norte	150	95	17	15	9	6	117	67	7	7
Pública	24	20	15	13	1	.	1	.	7	7
Privada	126	75	2	2	8	6	116	67	.	.
Nordeste	456	231	39	22	12	11	394	188	11	10
Pública	66	26	32	15	.	.	23	1	11	10
Privada	390	205	7	7	12	11	371	187	.	.
Sudeste	1.118	296	78	29	90	27	939	234	11	6
Pública	151	32	28	9	4	2	108	15	11	6
Privada	967	264	50	20	86	25	831	219	.	.
Sul	405	110	47	11	24	7	328	90	6	2
Pública	35	9	23	7	3	.	3	.	6	2
Privada	370	101	24	4	21	7	325	90	.	.
Centro-Oeste	235	114	14	9	14	9	202	91	5	5
Pública	19	11	9	4	1	.	4	2	5	5
Privada	216	103	5	5	13	9	198	89	.	.

Fonte: MEC/INEP/DEED

Nota: IF/CEFET - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Centro Federal de Educação Tecnológica.

O número de estudantes matriculados em cursos de graduação no Brasil cresceu 3,8% de 2012 para 2013. No ano passado, as matrículas superaram 7,3 milhões. A rede privada concentra o maior número de alunos, quase 5,4 milhões de inscritos. Na rede pública, há cerca de 1,9 milhão de estudantes. Os dados são do Censo da Educação Superior 2013, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

No ano passado, ingressaram no ensino superior cerca de 2,7 milhões de estudantes. A matrícula na graduação cresceu mais na rede privada (4,5%) do que na rede pública (1,9%) – o censo anterior registrou maior crescimento nas instituições públicas. Neste censo, a rede privada participa com mais de 80% no número de ingressantes em cursos de educação superior de graduação. Quase 1 milhão de estudantes concluíram a educação superior no ano passado.

Dentre os estados brasileiros, 6 têm mais alunos matriculados em instituições públicas do que em instituições privadas.

Administração é o curso com o maior número de matriculados no país (800.114), seguido por Direito (769.889), Pedagogia (614.835), Ciências Contábeis (328.031) e Engenharia Civil (257.268).

As universidades são minoria entre as instituições de educação superior – são 195, que equivalem a 8,2% do total das instituições de educação superior. As faculdades predominam, são 84,3%. Apesar de o número ser menor, as universidades concentram 53,4% das matrículas em cursos de graduação e 29,2% estão nas faculdades.

Levando em conta a educação superior sequencial e a pós-graduação *stricto sensu*, o número de matriculados no ensino superior no país chega a 7,5 milhões. O Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo Inep, engloba as redes pública e privada de educação superior.

No período 2014-2015, a matrícula cresceu 4,4% nos cursos de bacharelado, 0,6% nos cursos de licenciatura e 5,4% nos cursos tecnológicos. Os cursos de bacharelado têm uma participação de 67,5% na matrícula, enquanto os cursos de licenciatura e tecnológicos participam com 18,9% e 13,7%, respectivamente.

EDUCAÇÃO EM ARCOVERDE

No setor educacional, a nota obtida no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) pelas escolas públicas de Arcoverde, em 2014, foi de 3,9 para os anos iniciais (5° ano) e de 3,5 para os anos finais (3° ano do ensino médio). O índice possui uma escala que varia de 0 a 10, sendo 4,0 a média dos anos iniciais em escolas do Brasil. O valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) referente à educação foi de 0,556, no ano de 2014.

Em 2014, 3,15% das crianças com idade entre seis e quatorze anos não estavam cursando ensino fundamental. A proporção de jovens com idade entre 15 e 17 anos com o ensino fundamental concluído foi de 43,0% e o percentual de alfabetização de jovens e adolescentes entre 15 e 24 anos era de 94,9%. A distorção série-idade dos alunos, que possuem idade superior recomendada à série, era de 21,4% dos alunos das séries iniciais e de 33,9% nos anos finais, chegando a 38,4% de defasagem no ensino médio. O percentual de habitantes maiores de 18 anos com ensino fundamental concluído era de 46,62%, e entre os habitantes com idade entre 18 e 20 anos o percentual era de 27,84%. Ainda em 2014, Arcoverde tinha 9,26 anos esperados de estudo.

REDE DE ENSINO

De acordo com dados da amostra do censo demográfico de 2014, do total de habitantes, 42 095 frequentavam creches e/ou escolas. Do total desse valor, 892 frequentavam creches, 3 939 cursavam o ensino pré-escolar, 2 175 estavam na alfabetização, 341 na alfabetização de jovens e adultos, 22 408 no ensino fundamental, 1 497 na educação de jovens e adultos do ensino fundamental, 5 364 no regular do ensino médio, 1 345 na educação de jovens e adultos do ensino médio, 386 na especialização do nível superior, 3 647 em cursos superiores de graduação, 64 em mestrado, 36 em doutorado.

O município totalizava, no ano de 2014, 33 635 matrículas nas instituições de ensino da cidade, sendo que das 111 escolas que disponibilizavam o ensino fundamental, 39 eram da rede privada, 15 da rede estadual e 57 da municipal. De todas as 19 escolas que ofereciam o ensino médio, quatro pertenciam à rede privada e 15 à rede estadual.

Educação de Arcoverde em números (2014)			
Nível	**Matrículas**	**Docentes**	**Escolas (total)**
Ensino pré-escolar	3 691	194	75
Ensino fundamental	23 030	1 000	111
Ensino médio	6 914	338	19

ENSINO SUPERIOR

Arcoverde dispõe de um campus de uma das principais universidades do estado, a Universidade de Pernambuco (UPE), que disponibiliza, na unidade, cursos de graduação para licenciatura em computação, licenciatura em letras, em matemática, em pedagogia, e em história. Além de contar com uma unidade da Universidade Federal Rural de Pernambuco, disponibilizando cursos de graduação em Agronomia, Ciências da Computação, Engenharia de alimentos, licenciatura em letras e pedagogia, Medicina veterinária e Zootecnia, oferecendo

também cursos de pós-graduação: Mestrado em Sanidade e Reprodução de Ruminantes, Mestrado em Produção Agrícola e o Programa de Pós-graduação em Ciência Animal e Pastagens.

HISTÓRICO DA MANTIDA

A SESRIO – Sociedade Educacional Rio Branco Ltda., entidade de ensino mantenedora da Faculdade Conceito Educacional é uma sociedade empresarial de natureza privada. Com sede e foro na cidade de Arcoverde-PE, tem seus atos constitutivos, com seu Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco.

A SESRIO – Sociedade Educacional Rio Branco Ltda. tem por objetivo manter cursos superiores de Graduação - Bacharelado, Licenciatura (a solicitar) e Tecnologia, de Pós-Graduação e Extensão, com o intuito de formar novos profissionais e/ou aprimorar o conhecimento daqueles que já atuam no mercado. A Mantenedora coloca o seu patrimônio à disposição da mantida, que é por esta administrada de pleno direito, nos limites da Lei e das resoluções específicas.

A Faculdade Conceito Educacional - FACCON baseia-se no seu Regimento Geral, no Contrato de Constituição da Mantenedora, na legislação federal e nas normas complementares estabelecidas pela administração superior da instituição.

Mantida pelo A SESRIO – Sociedade Educacional Rio Branco Ltda., a Faculdade Conceito Educacional é uma instituição que tem compromisso com o saber de transformação, com a cidadania, com a cidade e seu entorno. Este compromisso se cumpre por oferta de cursos relacionados à conjuntura e a seus desdobramentos.

Paralelamente ao desenvolvimento dos seus cursos de graduação, que são: ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS, SERVIÇO SOCIAL E REDES DE COMPUTADORES (tecnólogo) a Faculdade Conceito Educacional – FACCON criou o programa de Pós-Graduação *lato sensu*, que oferece à comunidade cursos em diversas áreas. Implantará e desenvolverá, também, importantes projetos de Extensão nas áreas humanas e sociais, sendo alguns em parceria com a comunidade onde está inserida.

A Faculdade Conceito Educacional - FACCON engajou-se no processo de desenvolvimento, que se verifica na região de Arcoverde e ocupa, com muito empenho e dedicação, as oportunidades criadas por uma sociedade que caminha a passos largos para ampliar sua participação no cenário nacional na medida em que o fortalecimento dos

investimentos privados e a modernização do Estado criam novas solicitações e estímulos nas áreas da produção e do conhecimento.

A Faculdade oferecerá, aos alunos do ensino médio ao ingressar em um de seus cursos, uma sólida formação profissional, amparada por um embasamento humanístico que lhes proporcione condições de adquirir uma visão abrangente da realidade em que irão atuar, interferindo com consciência nos padrões de educação da comunidade. E para isso é de extrema importância a Autoavaliação Institucional, que nos apresentará as nossas falhas e acertos, possibilitando um melhoramento constante.

A Faculdade estabelece uma filosofia educacional sob a égide da necessária identificação com os massivos problemas que afligem a Região do Sertão Pernambucano e Nordeste, conduzindo à formação de recursos humanos conscientes da realidade socioeconômica da região e do país.

Finalmente, busca a excelência do seu processo educacional por meio de um projeto pedagógico moderno, com atividades permanentes que envolvem estudos em bibliotecas, pesquisas na Internet, aulas práticas, visitas técnicas, palestras e seminários, colocando em primeiro plano a qualidade dos serviços e, consequentemente, a satisfação dos alunos.

INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO

A Faculdade Conceito Educacional – FACCON apresenta este relatório em atendimento ao disposto no artigo 11 da Lei no 10.861/04, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e foi desenvolvido pela Direção Geral juntamente com a C.P.A., que foi constituída, por ato do Diretor Geral da FACCON, através da **PORTARIA Nº 011/2018 DE 27 DE AGOSTO DE 2018,** que tem como atribuições coordenar, conduzir e articular os processos internos de avaliação institucional, além de sistematizar e prestar informações solicitadas pelo MEC em qualquer dos seus departamentos, em especial o INEP.

A FACCON está credenciada há pouco mais de um ano, tendo realizado apenas uma Avaliação Institucional, e ainda com uma comunidade acadêmica muito pequena, em torno de 40 alunos apenas, divididos entre os Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Redes de Computadores. **Por isso a nossa primeira Autoavaliação não foi completa, tendo em vista que vários eixos se encontram prejudicados pelo fato de algumas ações ainda não terem acontecido e por isso não podem ser avaliadas.**

A Comissão tem buscado agir em conformidade com o caráter processual da avaliação interna, que visa à produção do conhecimento necessário a reflexão permanente sobre o sentido de cada atividade desenvolvida na Instituição, atendendo às dimensões institucionais previstas no Artigo 3o da Lei 10.861/2004, com foco no processo de avaliação que abrange toda a realidade institucional, considerando-se as diferentes dimensões institucionais que constituem um todo orgânico.

Neste processo crítico-reflexivo, as potencialidades e limitações da Instituição se refletiram na própria atividade da CPA, que busca por uma atuação efetiva e transparente, buscando pelo aprimoramento contínuo de sua atuação, fortalecendo o papel da CPA como órgão de diagnóstico da FACCON.

É preciso sublinhar que a FACCON entende que a necessidade de avaliação transcende a obrigatoriedade estabelecida pelo poder público federal, e se conecta a necessidade de aprimoramento e melhoria contínua dos serviços educacionais, especialmente no que se refere às IES privadas, as quais correspondem a grande maioria do ensino superior do país.

Entendemos que Avaliação Institucional é hoje um desafio para todas as Instituições de Ensino Superior brasileiras, na medida em que possibilita analisar ações administrativas, técnicas e pedagógicas de maneira contextualizada, crítica e participativa, permitindo perceber suas possibilidades e limitações, além de indicar caminhos para a tomada de decisões na busca pela qualidade na qualificação acadêmica e gestão universitária.

Tratando de uma perspectiva mais ampla do significado da Avaliação Institucional, é importante sublinhar que, partindo da premissa de que alunos, professores, funcionários e demais frequentadores da FACCON são integrantes da comunidade acadêmica e que cada segmento traz uma maneira de vivenciar e simbolizar a realidade, a proposta da CPA também se preocupa em observar tais vivências na tentativa de encontrar padrões que indiquem como se dá a construção social dessa realidade e de como esses padrões determinam o grau de satisfação do público interno.

O SINAES fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

É integrado por três modalidades principais de instrumentos de avaliação, aplicados em diferentes momentos:

1) Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES), que se desenvolve em duas etapas principais:

(a) autoavaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES;

(b) avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP;

2) Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG);

3) Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Em decorrência da concepção, o SINAES está apoiado em alguns princípios fundamentais para promover a qualidade da educação superior, a orientação da expansão da oferta, o aumento permanente da eficácia institucional, da efetividade acadêmica e social e especialmente do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

Esses princípios são: responsabilidade social com a qualidade da educação superior; reconhecimento da diversidade do sistema; respeito à identidade, à missão e à história das Instituições; globalidade institucional pela utilização de um conjunto significativo de indicadores considerados em sua relação orgânica; continuidade do processo avaliativo como instrumento de política educacional para cada instituição e o sistema de educação superior em seu conjunto.

No contexto do SINAES, a autoavaliação é percebida como um processo contínuo por meio do qual a Instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Constitui-se em condição básica para o necessário aprimoramento do planejamento e gestão da Instituição, uma vez que propicia a constante reorientação de suas ações.

Para a Faculdade, a autoavaliação é um importante instrumento para a tomada de decisão e dela resultará uma autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, assim como, uma autoconsciência, nos membros da comunidade acadêmica, de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro.

O Processo de Autoavaliação Institucional considera como parâmetros os seguintes princípios Norteadores:

a) O princípio da IES participativa no processo de avaliação que se traduz no envolvimento de todos os núcleos (departamentos, coordenações), órgãos e unidades auxiliares, conselhos, docentes, pesquisadores, pessoal técnico - administrativo e administradores (chefes de unidades ou órgãos, coordenadores, diretores);

b) Globalidade: refere-se à integração da totalidade das atividades ao processo avaliativo, ou seja, ensino, pesquisa, extensão, serviços administrativos, gestão, responsabilidade social, inclusão social;

c) Igualdade: implica na consideração e associação do conjunto de aspectos básicos que devem subsidiar a avaliação integral da instituição, ou seja, as ações serão consideradas como produtos institucionais e não de órgãos ou indivíduos isolados;

d) Especificidade: enfoca as particularidades de cada curso, em acréscimo aos aspectos gerais que serão necessariamente avaliados, uma vez que não se pode avaliar a diversidade ou singularidade de maneira uniforme, bem como não se deve converter a diversidade em símbolo do único;

e) Periodicidade: define os espaçamentos temporais ajustados aos diferentes segmentos, atividades e unidades da instituição;

f) Racionalidade: implica a não multiplicação de procedimentos idênticos para os mesmos fins, considerando todos os docentes, discentes, pesquisadores, pessoal técnico-administrativo, bem como os órgãos de gestão como partes integrantes da comunidade acadêmica, fundamentais ao processo avaliatório, que se inicia com eles e por eles;

g) Transparência: diz respeito à identificação precisa e objetiva do processo avaliatório, especialmente quanto aos níveis de participação de todos os envolvidos, no que concerne à participação e aos resultados esperados;

h) Integração: parte do princípio de que há um mínimo que deve ser produzido bem como um máximo que pode ser alcançado, e, tendo em vista o princípio da especificidade, valoriza os processos compensatórios nos quais, dentro de determinados limites, as atividades desenvolvidas numa categoria poderiam complementar outras, em outras categorias. Pressupõe o reconhecimento pela instituição de que, no contexto de suas funções básicas, os docentes, discentes, coordenadorias, pessoal técnico-administrativo, podem apresentar salutar variação quanto ao envolvimento de cada uma delas; mas compartilham a consciência de que uns fazem coisas diferentes dos outros e todos juntos realizam, de uma ou de outra forma, o projeto pedagógico institucional e preenchem um feixe de funções harmônicas voltadas aos mesmos fins;

i) Retribuição: contempla a diversidade de retornos que os processos avaliativos podem e devem gerar para docentes, discentes, pessoal técnico-administrativo, pesquisadores, gestores e toda comunidade acadêmica, da alocação racional de recursos à elaboração de princípios mais includentes e ágeis.

j) Cumulatividade: focaliza a acumulação progressiva de todas as modalidades de trabalhos acadêmicos relativos aos docentes, aos pesquisadores e coordenadorias, de tal sorte que a avaliação seja traduzida num processo contínuo e não apenas em episódios e momentos.

Cada docente e cada coordenação deve ser encarada e avaliada mediante sua história de trabalho e não pontualmente.

Em conformidade com o disposto no art. 3º da Lei nº. 10.861/04, são objetos de avaliação as seguintes dimensões:

1. Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional;
2. Política para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão;
3. Responsabilidade Social da Instituição;
4. Comunicação com a Sociedade;
5. Políticas de Pessoal;
6. Organização e Gestão da Instituição;
7. Infraestrutura Física;
8. Planejamento e Avaliação;
9. Políticas de Atendimento aos Estudantes;
10. Sustentabilidade Financeira.

Entretanto, neste primeiro momento a FACCON não poderá ainda autoavaliar as atividades que ainda não estão sendo desenvolvidas, pois, como dito acima a instituição tem poucos meses de funcionamento, sendo necessário primeiro fazer, para depois autovaliar e corrigir.

Assim, são OBJETIVOS do Programa de Autoavaliação da Faculdade:

a) Elaborar, acompanhar e avaliar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*, em parceria com os gestores de departamentos/núcleos e gerentes de cursos;

b) Avaliar o corpo acadêmico (docentes e gestores da área acadêmica);

c) Avaliar o setor de estágios, a educação a distância, a responsabilidade social e extensão, a pesquisa e a iniciação à pesquisa científica em interface com as áreas;

d) Pesquisar, disseminar e arquivar a Legislação Educacional de Ensino Superior afeta ao Sistema Federal;

e) Disseminar e arquivar relatórios de avaliação MEC/INEP/SESU e pareceres normativos do Conselho Nacional de Educação;

f) Avaliar, atualizar e disseminar o Plano de Desenvolvimento Institucional;

g) Avaliar o egresso dos cursos de graduação e de pós-graduação *Lato Sensu*;

h) Participar das reuniões do Conselho Superior e orientar, quando cabível, sobre a legislação educacional vigente e normas institucionais;

i) Manter atualizado o Regimento da IES com as normas vigentes;

j) Estabelecer interface com os setores administrativos, com a coordenação de projetos sociais, dentre outros, recebendo os relatórios anuais oriundos dos projetos de avaliação desenvolvidos nas áreas e articulá-los com as demais áreas acadêmicas e administrativas da Instituição;

k) Elaborar e aplicar treinamento à área acadêmica e administrativa sobre a legislação educacional vigente, quanto à missão e aos objetivos da Faculdade;

l) Avaliar e disseminar o PPI, em parceria com todos os órgãos envolvidos;

m) Avaliar as ações, resultados e procedimentos da Comissão Própria de Avaliação;

n) Orientar, acompanhar e promover as avaliações externas dos cursos e da IES;

o) Verificar e acompanhar as recomendações oriundas dos processos avaliativos internos e externos, oficiais e do sistema avaliativo próprio;

p) Participar, em parceria com a área de RH, na elaboração e execução de treinamentos de trabalho para docentes e gestores acadêmicos, de caráter formativo;

q) Avaliar a satisfação do corpo acadêmico e do corpo discente, docente e técnico administrativo em relação à cadeia de serviços; e

r) Orientar e acompanhar as autoavaliações das áreas, consolidando informações e recomendações.

Com essa sistemática, a CPA busca harmonizar-se com a missão da instituição, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o projeto pedagógico, permitindo uma integração da avaliação da instituição, dos seus cursos e das demais atividades, evitando práticas estanques, fragmentadas ou desarticuladas da realidade institucional. Por fim, e em síntese ao que foi colocado até aqui, o modelo de avaliação descrito a seguir tem a pretensão de estimular e orientar o crescimento da FACCON, mediante a participação efetiva de docentes e discentes, funcionários e comunidade.

Vale lembrar, por fim, que o relatório aqui apresentado é uma parte inicial do processo de Avaliação Institucional, pois, como temos apenas 01 (um) ano de funcionamento, **realizamos apenas uma avaliação,** onde pretendemos dar continuidade nos anos seguintes, com o melhoramento das técnicas, da equipe e com a modernização dos meios de avaliação, para que tenhamos resultados precisos e mais esclarecedores.

APRESENTAÇÃO DA CPA

A C.P.A é composta de representantes de todos os segmentos da comunidade universitária, além de representantes da sociedade civil, ficando assim estabelecida:

I – Coordenador (que é também o representante do corpo docente);

III – Um representante do pessoal técnico-administrativo;

IV – Um representante do corpo discente;

V – Um representantes da sociedade civil organizada.

Desta feita, nossa C.P.A é composta por estas pessoas:

PARTICIPANTES	FUNÇÃO
ALEXANDRE DE OLIVEIRA	Coordenador
KAUANY RAMARA MARQUES PEREIRA	Rep. tec/administrativo
RAFAEL ARCANJO DA SILVA PEREIRA	Rep. Sociedade Civil
ANDERSON BRITO DA SILVA	Discente

Os membros da Comissão têm mandato de 02 (dois) anos, podendo ser renovado.

Um dos representantes mencionados acima, também pode exercer a função de Presidente da CPA.

A CPA assegurada à participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada e é vedada à composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos.

ATRIBUIÇÕES DA CPA

São atribuições da CPA:

a) encaminhar aos órgãos colegiados superiores da Faculdade seu regulamento e alterações ao mesmo, quando se fizerem necessárias e outros documentos pertinentes ao processo de autoavaliação;

b) elaborar e desenvolver o projeto de autoavaliação em consonância com a comunidade acadêmica e os conselhos superiores da Faculdade;

c) estimular o envolvimento da comunidade acadêmica na elaboração e no desenvolvimento da proposta avaliativa através de encontros de formação e capacitação dos agentes envolvidos, reuniões, palestras, seminários, entre outros;

d) conduzir o processo de planejamento da autoavaliação, definir prazos, a divulgação dos seus resultados e condução das ações de melhoria sugeridas no próprio processo de autoavaliação;

e) coordenar e articular o processo de autoavaliação interna da Faculdade;

f) acompanhar o processo de sistematização, disponibilização e prestação das informações da Faculdade solicitadas pela CONAES/INEP/MEC;

g) promover a integração e coerência dos instrumentos de informação das práticas avaliativas;

h) deliberar sobre assuntos relativos ao processo de autoavaliação da Faculdade e propor melhorias ao mesmo;

i) zelar pela lisura, transparência e participação democrática do processo de autoavaliação;

j) executar outras ações inerentes ao processo de autoavaliação.

CRONOGRAMA DE AÇÕES DA C.P.A.

Abaixo, segue o cronograma de trabalho aprovado pela CPA para 2018:

ATIVIDADE	**RESPONSÁVEL**	**DATA DE REALIZAÇÃO**
Realização do plano de trabalho ao Conselho Superior	Coordenador	Julho/2018
Reestruturação do plano de trabalho	Coordenador e CPA	Agosto/2018
Elaboração dos primeiros questionários	CPA	Setembro/2018
Aplicação dos instrumentos de autoavaliação	CPA	Novembro/2018
Compilação dos resultados	CPA	Fevereiro/2019
Elaboração relatório final	CPA	Fevereiro/2019

Submissão do relatório final no sistema e-MEC	Procurador Institucional	Março/2019

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa autoavaliativa, desenvolvemos uma metodologia de modo que a avaliação se dará anualmente, propondo a utilização da avaliação como uma ferramenta de gestão capaz de contribuir para a revisão dos processos à medida que ocorrem. Nesse sentido é fundamental o comprometimento dos profissionais da Instituição com a melhoria constante da educação.

Para a operacionalização da Autoavaliação foram definidos os seguintes instrumentos:

1. Questionário para o coordenador do curso.
2. Questionário para os docentes.
3. Questionário para a equipe técnico-administrativa.
4. Questionário para os discentes.

Os dados foram coletados através de instrumentos na forma de questionários específicos visando levantar o perfil acadêmico, institucional e do corpo dirigente com o objetivo de buscar a melhoria da qualidade do ensino e da instituição. Foram avaliados a infraestrutura da IE e os instrumentos serão estabelecidos pela CPA, e passarão por revisões anuais devido à colaboração da comunidade acadêmica, através de sugestões encaminhadas à CPA.

O processo avaliativo propriamente dito ocorreu através da disponibilização dos questionários, num sistema desenvolvido pelo NTI da Faculdade, através do site da IES.

Para o desenvolvimento deste estudo, optou-se por uma abordagem qualitativa, onde o interesse está em fatos detectados e observáveis, assegurando-se a objetividade e credibilidade destes achados, sendo que a questão proposta – o problema – indica preocupações com a quantificação. Essa escolha permitiu realizar a autoavaliação da IES em acordo com as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, na consideração que a autoavaliação é um importante instrumento para a tomada de decisões, cujos resultados foram sintetizados nesse relatório que considerou análises, críticas e sugestões de todos os atores participantes. Ressaltamos que este relatório seguiu o Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional apresentado pela Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065.

Assim, os resultados dessa autoavaliação, além de subsidiarem as ações internas e a reformulação do projeto de desenvolvimento da IES em estudo, formarão a base para a implementação de políticas educacionais e de ações correspondentes no que se refere à regulação do sistema de educação superior.

Esta investigação busca contextualizar a implantação do processo autoavaliativo na FACCON, bem como fazer a identificação das potencialidades e fragilidades dessa instituição, embora ainda não sobre todos os eixos, devido ao seu curto período de existência, bem como a ainda inexistência de algumas atividades, consolidando-se em importante documento para a sua gestão, que será cada ano mais elaborada e completa.

As avaliações foram inseridas no Sistema LimeSurvey, que possibilitou a aplicação e consolidação dos resultados de forma confiável e ágil. Os questionários foram aplicados aos discentes no laboratório de informática e aos docentes e aos profissionais da Faculdade foi enviado um link para responderem a avaliação, em novembro de 2018.

Em fevereiro/2019 a CPA reuniu-se para análise e discussão dos resultados. Para a consolidação dos resultados só foram computados as respostas das perguntas respondidas. Ficou definido em reunião que os índices de insatisfação igual ou superior a 40% serão levados em conta como "Pontos de Atenção", mesmo não sendo a maioria das respostas. Após o levantamento destes índices, as Potencialidades e Fragilidades foram descritas, de acordo com as perguntas realizadas nesta dimensão avaliada. Ao Final do questionário aplicado, foi deixado um espaço para sugestões de melhoria da estrutura da faculdade. Este aparecerá neste relatório como possíveis pontos de fragilidade.

É importante informar que a comissão não utilizou somente dados quantitativos, uma vez que, realizadas as visitas nas salas de aula, coordenações de professores e setores administrativos, a comissão também utilizou os relatos de toda comunidade acadêmica para compor este relatório bem como os apontamentos feitos pelos avaliadores externos e resultados obtidos no exame nacional do ENADE, mesmo que autoavaliando apenas um eixo.

Entretanto, o uso do questionário permite coletar informações e respostas mais reais, devido ao sentimento de maior segurança dos respondentes, dado o anonimato. Partindo desses pressupostos, elaborou-se um questionário de natureza impessoal, com questões referentes ao Eixo 5, dimensão 7.

DESENVOLVIMENTO

Mesmo com o intuito de realizar uma avaliação abrangente e efetiva, realizamos apenas a autoavaliação referente à dimensão 7, que trata sobre a infraestrutura, pois, as demais restaram prejudicadas considerando que a avaliação ocorreu no primeiro ano de funcionamento da IES, (nos primeiros 8 meses de funcionamento), onde algumas turmas se quer foram formadas, à exemplo do curso de Serviço Social. Assim, devido ao pequeno número de discentes, de docentes e inclusive de corpo técnico administrativo, bem como devido ao pequeno período de funcionamento, alguns quesitos, tais como programas de estágio, coordenação de programas, docentes não poderiam ainda serem abordados, pois, os discentes e docentes ainda estão conhecendo a IES e entendemos que a aplicação de um questionário completo seria prejudicial a avaliação, onde **já estamos nos programando para realizar quando do final do segundo ano de funcionamento, e apresentar no 2º relatório parcial,** onde as atividades já estarão sendo desenvolvidas de forma mais completa, e assim, entendemos que deveríamos apenas fazer uma avaliação inicial sem contemplar ainda todas as dimensões.

Desta forma, não aplicamos questionário de autoavaliação em relação ao Eixo 1 que está prejudicado, pois aplicamos a primeira avaliação, e não havia como questionarmos os envolvidos sobre a avaliação que ainda não havia sido efetivada anteriormente.

O Eixo 2 trata sobre o desenvolvimento institucional, sobre o PDI, bem como sobre nossa responsabilidade social, e da mesma forma afirmamos que em poucos meses de funcionamento (**inauguramos em março com pequenas turmas e a avaliação ocorreu em novembro, apenas 8 meses após o início das atividades**), ficando assim ainda prejudicada a avaliação por completo. O PDI é de 2016-2020, sendo que as atividades iniciaram em 2018, mesmo ano da avaliação, e caso tivéssemos aplicado questionário sobre este tema é por óbvio que não seria ainda satisfatório, pois, estamos iniciando o desenvolvimento.

No Eixo 3, temos as políticas acadêmicas, envolvendo as políticas de ensino, pesquisa e extensão, e por isso também não realizamos a autoavaliação neste eixo, pois, a pesquisa e a extensão ainda estão sendo implantadas, pois, apenas com duas pequenas turmas na faculdade e ainda de primeiro semestre, isto não seria viável.

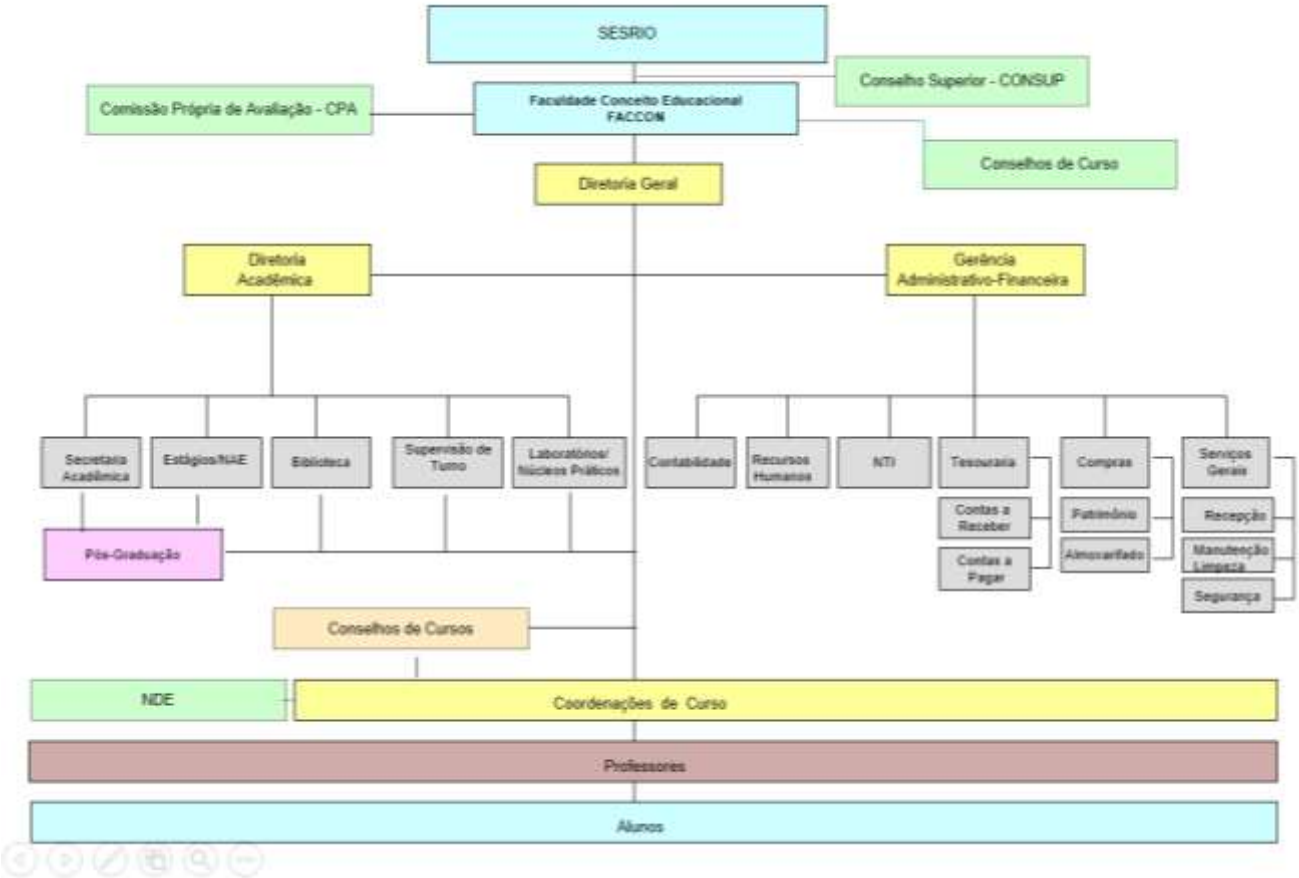
Sobre o Eixo 4, que trata das dimensões relativas a Políticas de Pessoal, Organização Gestão da Instituição, bem como Sustentabilidade Financeira, entendemos ser também ainda impossível de se autoavaliar, pois, contamos com a presença de poucos funcionários, muito embora estejamos ainda implantando a forma de gestão da Instituição, e sem que tenhamos ainda boa divulgação não poderíamos precisar sobre a sustentabilidade financeira, já que o mercado local está nos recebendo agora e em menos de um ano não há como tratar sobre isso.

Assim, acabamos por realizar uma autoavaliação somente sobre o eixo 5, dimensão 7, que trata sobre Infraestrutura Física, pois, nossa sede é própria, construída de maneira definitiva e que pode ser avaliada em pouco tempo de existência.

Assim, os questionários de avaliação da estrutura física foram elaborados conforme a proposta da Lei nº 10.861/2004, correspondentes àquelas constantes no Instrumento de Avaliação Institucional Externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que propõe no eixo 5 a Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

A Autoavaliação Institucional foi aplicada na turma de Ciências Contábeis e Administração (turma mista), bem como na turma de Redes de Computadores. Nesta Autoavaliação tivemos 30 participantes respondendo o questionário da CPA, dos 30 que foram sensibilizados, sendo: - Discentes – 44%; - Coordenador de curso – 7% - Docentes – 10,5% - Colaboradores técnico-administrativos – 28%

Entretanto, embora tenhamos ainda um relatório incompleto ainda neste momento, podemos afirmar que a CPA faz parte da nossa Organização Institucional, e que faremos, ano a ano, a autoavaliação e cada vez mais completa, se não vejamos a sua importância em nossa estrutura organizacional:



A CPA utilizou diversas formas de aferição e para a condução destes processos são realizadas várias atividades, entre elas encontros, debates e fóruns, pois a Faculdade busca, por meio do diálogo e da construção, viabilizar as suas ações.

Os resultados do processo de autoavaliação foram encaminhados à instância superior da Faculdade, a quem compete a redefinição e implementação das políticas acadêmicas que o processo avaliativo sugerir. Os resultados da avaliação subsidiam as ações internas e a reformulação do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Projeto Pedagógico Institucional.

O conhecimento gerado pelo processo de autoavaliação é disponibilizado à comunidade acadêmica, aos avaliadores externos e a sociedade com a finalidade clara de priorizar ações de curto, médio e longo prazo, planejar de modo compartilhado e estabelecer etapas para alcançar metas simples ou mais complexas que comprometam a Instituição para o futuro.

A CPA ofereceu um descritivo dos dados coletados, procedendo à tabulação e elaboração de gráficos, conforme necessidades verificadas e através da tabulação dos dados procede-se à análise específica.

RESULTADO E AÇÕES

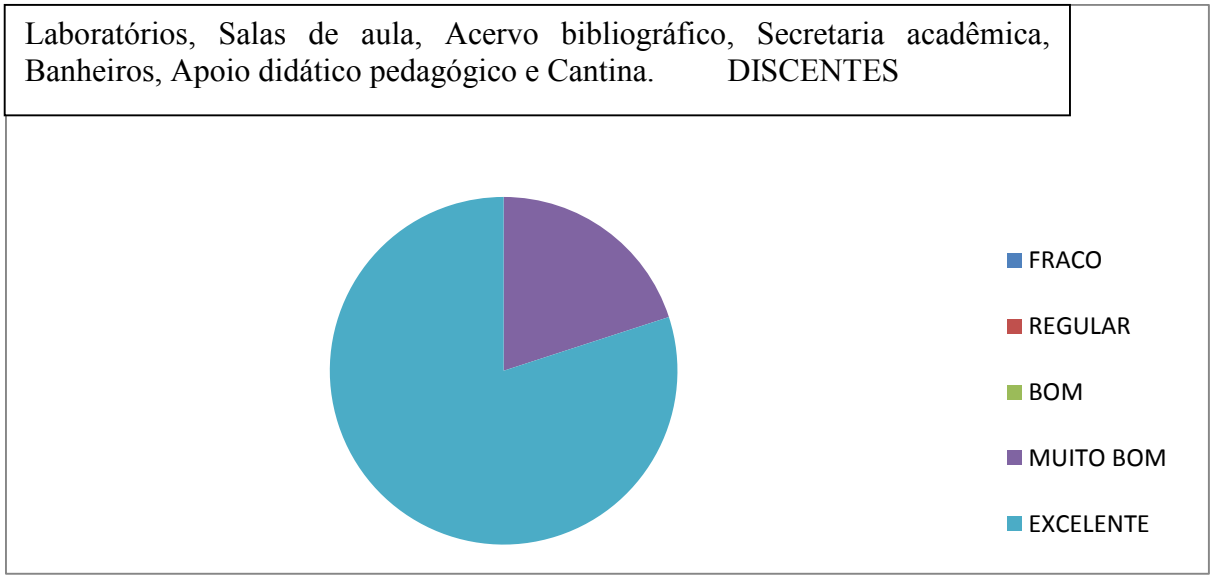
Eixo 5: Infraestrutura Estrutura, DIMENSÃO 7: INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

A FACCON tem sede própria com estrutura adequada e acessível. Possui laboratórios didáticos, especializados nas áreas dos cursos ofertados, os equipamentos destes laboratórios estão descritos no Projeto Pedagógico do Curso – PPC. Possui também biblioteca, área de convivência, cantina, sala de professores, banheiros e acessibilidade em todas as suas áreas.

O Projeto de Autoavaliação da Faculdade Conceito Educacional – FACCON disponibiliza indicadores para a revisão de ações e redirecionamento das estratégias de atuação da Instituição. É uma ferramenta para o planejamento e gestão institucional, instrumento este de acompanhamento contínuo do desempenho acadêmico e do processo sistemático de informações à sociedade

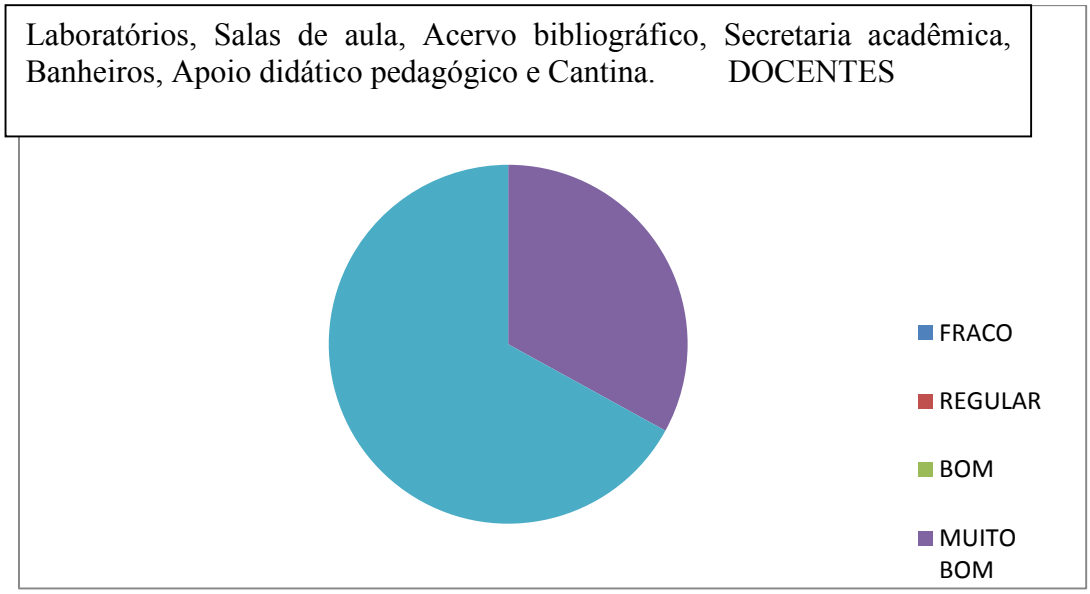
Para que a avaliação cumpra sua missão, ou seja, sirva de instrumento para o aperfeiçoamento do projeto acadêmico e sociopolítico da Faculdade, garantindo a melhoria da qualidade e a pertinência das atividades desenvolvidas, é realizada uma análise criteriosa dos resultados do processo de avaliação.

ANALISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES



- ✓ Para 80% do corpo discente, a faculdade é considera excelente nos índices de laboratórios, salas de aula, acervo bibliográfico, secretaria acadêmica, banheiros, apoio didático pedagógico, além da cantina.

- ✓ Para 20% do corpo discente, a faculdade foi considerada muito boa nos índices de laboratórios, salas de aula, acervo bibliográfico, secretaria acadêmica, banheiros, áreas de convivência e apoio didático pedagógico, além da cantina.



- ✓ Para 100% do corpo técnico administrativo, coordenação de cursos e corpo comunitário, a faculdade é considera excelente nos índices de laboratórios, salas de aula, acervo bibliográfico, secretaria acadêmica, banheiros, áreas de convivência e apoio didático pedagógico, além da cantina.
- ✓ Para 67% do corpo docente, do corpo discente, a faculdade é considera excelente nos índices de laboratórios, salas de aula, acervo bibliográfico, secretaria acadêmica, banheiros, áreas de convivência e apoio didático pedagógico, além da cantina.
- ✓ Para 33,33% do corpo docente, a faculdade é considera muito boa nos índices de laboratórios, salas de aula, acervo bibliográfico, secretaria acadêmica, banheiros, áreas de convivência e apoio didático pedagógico, além da cantina.
- ✓ Para 100% dos discentes, docentes, corpo administrativo e membros da comunidade, a faculdade é considerada excelente quanto ao requisito acessibilidade.

- ✓ Para 85% dos participantes, as áreas de convivência são consideradas excelentes e 15% as consideram muito boas.

AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

É importante frisar aqui que nosso sistema avaliativo contou com reuniões com todos os setores da IES, - representantes de turma, com docentes, entre os membros dos Núcleos Docentes Estruturantes –NDE, dos Conselhos de Curso, da Direção. Tudo isto unido a existência de articulação entre o PDI e o PPI no que diz respeito às políticas de ensino, de pesquisa, de extensão, de gestão acadêmica e administrativa e de avaliação institucional.

Este relatório seguiu o roteiro estabelecido na nota técnica do INEP/DAES/CONAES n.65- roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional, e após a análise dos dados da Autoavaliação, foi perceptível que a estrutura é considerada satisfatória pela nossa comunidade acadêmica como um todo.

Uma vez que o trabalho tem como objetivo apontar os pontos fortes e fracos da Instituição, permitindo alterações favoráveis, os resultados obtidos são cuidadosamente analisados pelos diretores, coordenadores, professores e, especialmente, pela Comissão Própria de Avaliação – CPA.

Afim de sempre procurar a melhoria e aperfeiçoamento de nosso espaço, esta CPA resolveu sugerir algumas propostas, seja com base nas sugestões do item 11 do questionário, ou até mesmo nas conversas realizadas com os membros desta comunidade.

Diante do resultado obtido no processo avaliativo, far-se-á necessário estabelecer diretrizes, visando à melhoria dos pontos frágeis levantados e o fortalecimento institucional, através de relatórios. E, após isso, faz-se imprescindível a elaboração de um plano de ação, com a finalidade de sugerir e implantar ações corretivas a fim de minimizar os erros e fixar os acertos.

Abaixo listamos as nossas propostas de melhorias e aperfeiçoamento com a finalidade de subsidiar a gestão da IES, conforme os pontos considerados frágeis diante da pesquisa:

- Melhorar a sensação térmica das salas de aula com instalação de condicionadores de ar.
- Melhorar a sensação térmica da sala dos professores com instalação de condicionadores de ar.
- Aprimorar os espaços de áreas de convivência, distribuindo mais bancos e assentos.
- Adquirir mais projetores para todas as salas de aula e laboratórios em funcionamento.
- Aumentar o número de mesas para a área do refeitório
- Mais um bebedouro no corredor das salas de aula.

ANEXO

Modelo de questionário aplicado à comunidade acadêmica da Faculdade Conceito Educacional- FACCON

COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO- CPA

Questionário

Esta pesquisa tem o objetivo de avaliar a percepção dos alunos quanto aos temas relacionados a leis dos SINAES. As perguntas estão separadas pela dimensão 7 que trata de nossa infraestrutura e recursos de apoio e deve ser pontuada com valores de 1 a 5, caso não saiba responder você deve assinalar o item "não sei responder" em cada uma das questões abaixo.

1= FRACO	2= REGULAR	3= BOM	4= MUITO BOM	5= EXCELENTE

1- Você considera que o seu curso dispõe de laboratórios adequados para as aulas práticas?	1	
	2	
	3	
	4	
	5	
2- Você considera que as salas de aulas atendem as necessidades do seu curso? (Iluminação, espaço físico, limpeza, ventilação, acústica)	1	
	2	
	3	
	4	
	5	
	1	

3- Você considera que o acervo bibliográfico atende as necessidades do seu curso em número de itens, qualidade e quantidade?	2	
	3	
	4	
	5	
4- O Local de atendimento da secretaria acadêmica é adequado? (Tamanho, Ventilação, Iluminação)	1	
	2	
	3	
	4	
	5	
5- Você considera que a faculdade possui acessibilidade para portadores de necessidades especiais em todas as áreas?	1	
	2	
	3	
	4	
	5	
6- Os banheiros são considerados adequados e em quantidade suficiente? (Limpos, ventilados, espaçosos).	1	
	2	
	3	
	4	
	5	
7- Considera que há áreas de convivência satisfatórias?	1	
	2	
	3	
	4	
	5	
8- A cantina oferece atendimento, serviços e espaço físico satisfatório?	1	
	2	
	3	
	4	
	5	
	1	

9- Há recursos de apoio didático pedagógico disponível? (Data Show, Kit multimídia)	2	
	3	
	4	
	5	
10- Há espaço de trabalho considerado satisfatório pela faculdade? (Sala dos professores, sala da coordenação, NAE)	1	
	2	
	3	
	4	
	5	
11- Utilize este espaço para sugerir alterações, mudança ou qualquer coisa que julgue útil a estrutura física da faculdade.		